

CORREIO NACIONAL



Cerca de 300 contribuições foram apresentadas

Texto com princípios para regulação de redes sociais

O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) apresentou, na quinta (14), o texto final dos dez princípios que servirão de referência para a regulação de plataformas de redes sociais. O texto foi construído a partir de uma proposta preliminar, colocada em consulta aberta para ser aperfeiçoado com a ajuda da sociedade. A consulta – feita entre maio e junho, na busca por contribuições multissetoriais de todas as regiões do país – servirá de base para a construção de um marco regulatório

brasileiro sobre o tema.

Cerca de 300 contribuições foram apresentadas ao comitê. Muitas delas tiveram origem na comunidade acadêmica, no setor governamental, no setor empresarial e no terceiro setor.

Coordenadora do CGI.br, Renata Mielli lembra que a regulação de plataformas é um dos temas mais urgentes e complexos da atualidade. “O CGI.br tem a responsabilidade de contribuir com uma visão equilibrada, que nasce do nosso modelo multissetorial”, afirma.

SUS comprará 180 mil equipamentos

A Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AgSUS) vai comprar, por determinação do Ministério da Saúde, 180 mil equipamentos para unidades básicas de saúde (UBS) de mais de 5 mil municípios. Em nota, a AgSUS informou que as compras serão feitas por meio de edital de licitação, publi-

cado no último dia 4. A abertura das propostas do pregão eletrônico será na próxima quinta-feira. Segundo o comunicado, os recursos para a compra dos equipamentos, estimados em R\$ 1,8 bilhão, são provenientes da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, por meio do PAC Saúde 2025.

Aprovados em três carreiras do CNU

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) homologou os resultados finais dos candidatos aprovados em três carreiras da primeira edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU 1), após os respectivos cursos de formação. São elas: analistas de infraestrutura, analistas

de tecnologia da informação e auditores-fiscais do trabalho. O Ministério também autorizou as nomeações de 42 aprovados para o cargo de analista de comércio exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), com a publicação de portaria no Diário Oficial da União.

Mutirão em terra indígena

Com 14 mil atendimentos, o mutirão inédito do programa Agora Tem Especialistas em território indígena superou as expectativas.

Em apenas nove dias, entre 1º e 9 de agosto, a iniciativa realizada na aldeia Belém dos Solimões, uma das maiores do Brasil, registrou 12 ve-

zes mais serviços especializados de saúde em relação aos 1,2 mil atendimentos previstos.

Os povos Tikuna, Kokama, Kambeba e Kanamari, que habitam o território localizado em Tabatinga (AM), foram beneficiados. O mutirão visa reduzir o tempo de espera por consultas, exames e cirurgias.

COP 30: governadores assinam carta

Durante encontro do Fórum Nacional de Governadores, na quarta, em Belém, no Pará, 19 governadores e vice-governadores reiteraram seu apoio à realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas na capital paraense, entre os dias

10 a 21 de novembro. Na ocasião, o presidente da COP 30, embaixador André Corrêa do Lago, destacou o papel dos estados no processo de enfrentamento à mudança do clima durante o evento. Os 19 representantes estaduais assinaram uma declaração de apoio.

Indenização por morte na ditadura

A família do militante José Carlos Mata Machado, o Zé Carlos, morto durante a ditadura militar, recebeu R\$ 590 mil por danos morais. A indenização foi paga pela União após o desfecho do processo judicial que se arrastava na Justiça Federal em Minas Gerais. Segundo a defesa

da família, a indenização foi paga no final de julho deste ano. O valor foi recebido pela viúva de Zé Carlos, Maria Madalena Prata Soares, de 78 anos. A sentença que determinou o pagamento saiu em 2023, quando foram completados 50 anos do assassinato, que ocorreu em 1973.

Novo teste para detectar câncer de colo do útero

Tecnologia nacional permite rastrear a doença precocemente

O Ministério da Saúde passou, desde a última sexta-feira (15), a oferecer, via Sistema Único de Saúde (SUS), o teste de biologia molecular DNA-HPV, indicado para o rastreamento organizado do câncer de colo do útero.

A tecnologia detecta 14 genótipos do papilomavírus humano (HPV), identificando a presença do vírus no organismo antes da ocorrência de lesões ou de câncer em estágios iniciais, mesmo em mulheres assintomáticas.

Além de conferir maior sensibilidade diagnóstica, o teste reduz a necessidade de exames e intervenções desnecessárias, com intervalos maiores entre as coletas quando o resultado for negativo.

“Por ser mais eficaz, a nova tecnologia permite ampliar os intervalos de rastreamento para até cinco anos, aumentando a eficiência e reduzindo custos”, explica o Ministério da Saúde.

Outra vantagem do teste, de acordo com a pasta, é o rastreamento equitativo e de alta performance, que permite alcançar mulheres em áreas remotas ou onde há menor oferta de serviços em saúde.

Produzida pelo Instituto de Biologia Molecular do Paraná, ligado à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a tecnologia vai subs-



A tecnologia detecta 14 genótipos do papilomavírus humano (HPV)

tituir o exame citopatológico popularmente conhecido como papanicolau, que passará a ser realizado apenas para confirmação de casos em que o teste molecular der positivo.

No teste de DNA, a coleta é similar à do papanicolau e envolve a secreção do colo do útero, portanto, a mulher ainda precisa passar por um exame ginecológico. No entanto, ao invés de colocar a secreção em uma lâmina, ela é colocada em um tubo com líquido conservante, que vai para o laboratório, onde é feita a pesquisa do DNA do vírus.

A incorporação do teste na rede pública, no início de 2024, passou pela avaliação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), que considerou a tecnologia mais precisa que atualmente ofertada no SUS.

A tecnologia, 100% nacional, será ofertada inicialmente nos seguintes estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Bahia, Pará, Rondônia, Goiás, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco e no Distrito Federal.

Essas localidades, segundo o ministério, foram contempla-

das por contarem com serviços de referência para colposcopia e biópsia, garantindo fluxo assistencial completo para mulheres que apresentarem resultados alterados no teste.

A implementação começa com um município em cada estado e será ampliada conforme a finalização da substituição do método. A meta é que, até dezembro de 2026, o rastreio esteja presente na rede pública em todo o território nacional, beneficiando 7 milhões de mulheres com idade entre 25 a 64 anos todos os anos.

Joédson Alves/Agência Brasil



Especialistas entrevistados orientam pais, mães e responsáveis

Como proteger crianças e adolescentes nas redes

As denúncias feitas pelo influenciador Felca Bress, em vídeo publicado na semana passada, colocaram em foco os riscos que as redes sociais representam para crianças e adolescentes e como não há uma regulação sobre o uso de imagens de menores de idade nesses espaços virtuais. As cenas expostas por Felca chocaram e provocaram a reação do Congresso Nacional, da Presidência da República e de diversos setores da sociedade.

Especialistas entrevistados pela Agência Brasil orientam pais, mães e responsáveis sobre como proteger crianças e adolescentes em ambientes virtuais. Além disso, ressaltam o papel das escolas, da assistência social de outros equipamentos públicos na defesa dos direitos dessa parcela da população.

Segundo a escritora, palestrante e ativista pela erradicação da violência sexual e online, Sheylli Caleffi, é necessário conhecer e respeitar a classificação indicativa das plataformas. O Instagram, por exemplo, não é recomendado para menores de 16 anos. O Tiktok e o

WhatsApp não devem ser usados por menores de 13 anos.

Os responsáveis devem garantir que as idades informadas estão corretas, uma vez que as próprias plataformas não pedem nenhum tipo de verificação. Além disso, devem observar as configurações, para impedir que qualquer pessoa tenha acesso ao perfil dos menores de 18 anos e que eles recebam mensagens de pessoas desconhecidas.

“Quando você decide dar acesso aos seus filhos nos ambientes digitais, você precisa também olhar a configuração daquilo que você escolheu dar acesso”, diz.

“O ideal é uma conta privada se existe qualquer imagem de criança. E, obviamente, os adolescentes, quando tiverem a idade de começarem a ter as contas, têm que ter suas contas privadas, também, para que só acessem conteúdo as pessoas selecionadas por eles”.

De acordo com a pesquisa do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), 93% da população

brasileira, de 9 a 17 anos, são usuárias de internet, o que representa 24,5 milhões de pessoas. A pesquisa TIC Kid Online mostra ainda que 83% desses adolescentes têm perfil próprio nas redes sociais. Além disso, 30% relataram que tiveram contato com alguém online que não conheciam pessoalmente.

Mesmo que as crianças não tenham contas em plataformas digitais, Caleffi alerta que os próprios familiares podem colocá-las em risco quando postam fotos ou vídeos delas nos próprios perfis.

“Não são redes sociais, são redes de comércio. Tudo que está lá é para vender. A gente tem que perder essa ideia ingênua de que a rede social é um álbum de foto”, diz.

“Algo que é bacana, até sagrado para muita gente, é erotizado por outras pessoas. Então você tem que imaginar que quando você coloca uma imagem em um local visitado por bilhões de pessoas e por muitos, muitos criminosos, aquilo pode ser tirado facilmente do contexto”, acrescentou.

Denúncias de abuso contra crianças crescem 114%

As denúncias de material explícito envolvendo crianças e adolescentes recebidas pela organização não governamental (ONG) SaferNet, que atua na promoção e defesa dos direitos humanos na internet, aumentaram 114% desde que o influenciador e humorista Felipe Bressanini Pereira, o Felca, contou como os criadores de conteúdo ganham dinheiro explorando menores de idade em situações sexualizadas.

Ao gravar o vídeo, que teve mais de 38 milhões de visualizações, o influenciador denunciou a monetização de vídeos em que crianças e adolescentes são exploradas sexualmente.

A medição foi realizada na última terça-feira (12) no sistema de denúncias da ONG, que mantém há quase 20 anos o Canal Nacional de Denúncias de Crimes e Violações a Direitos Humanos na web. Entre 6 de agosto, data em que foi postado o vídeo, e 0h de terça-feira (12), a SaferNet recebeu 1.651 denúncias únicas. No mesmo período do ano passado, o hotline da organização havia recebido 770 denúncias, um aumento de 114%.

Para a comparação, a SaferNet levantou os números do primeiro semestre de 2025 (28.344 denúncias) em relação ao primeiro semestre de 2024 (23.799 denúncias). O aumento de pornografia infantil entre um ano e outro havia sido de apenas 19%, considerado normal após a queda de 26% anotada em 2024.

Denúncias únicas são as que a SaferNet recebe de forma anônima de usuários da internet e disponibiliza ao Ministério Público Federal (MPF), após a filtragem que realiza. Nessa avaliação, a SaferNet coleta evidências, exclui os links repetidos e agrupa os comentários recebidos com os links.